

A Corrida ao Status de Patrimônio Mundial e o Mercado Urbano de Lazer e Turismo ¹

Paulo Peixoto

Centro de Estudos Sociais
Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra
E-Mail: <pp@fe.uc.pt>

Introdução

A classificação como patrimônio mundial, atribuída anualmente pela Unesco desde 1978, permite demonstrar que a última década do século XX fica marcada, ao nível das políticas urbanas, por uma clara intensificação dos processos de patrimonialização e por uma corrida a esse status da Unesco. Este fenómeno é particularmente visível em Portugal e, de um modo mais amplo, na Europa, onde adquire contornos de uma competição entre concorrentes profissionais. Competição cuja configuração conheceu, recentemente, mudanças no seu figurino, quer devido à participação e ao empenho crescentes dos competidores, quer devido à intermediação da Unesco.

A reabilitação e a animação de centros históricos, de zonas monumentais e de praças públicas constitui uma dimensão importante das novas formas arquitetónicas e urbanísticas. Estas, enquadradas no âmbito da competitividade intercidades - e entre Estados -, reconhecem na cultura, no espírito de lugar e no patrimônio urbano um terreno a partir do qual podem ser criadas e inventadas diferenças que as cidades utilizam como recursos no contexto dos fluxos do turismo histórico e patrimonial, da consolidação de um mercado urbano de lazeres e de estratégias de atração de novos residentes e investidores. Neste sentido, o patrimônio e a retórica patrimonial caucionam e legitimam as exigências das ideologias urbanas que estão na moda: qualidade de vida, desenvolvimento durável, turismo ecológico e não massificado, recuperação do espaço público, etc.

A dinâmica patrimonial não pode deixar de ser vista como resultado do crescimento e da amplificação de um espírito de concorrência entre diferentes espaços, em relação aos quais o status de patrimônio mundial se apresenta como mais-valia em três domínios. Ao funcionar como vetor de estratégias de *marketing* urbano; ao ser mobilizado como um trunfo das campanhas que procuram captar os fluxos do turismo cultural e patrimonial; e quando é convocado como elemento retórico de legitimação e de contestação das políticas de transformação

¹ Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa "Intermediários culturais, espaço público e cultura urbana" (Praxis/P/SOC/1351/1998), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e executado pelo Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Portugal.

das paisagens urbanas. No limite, esta dinâmica patrimonial dá forma a um fenômeno de reprodução em série de modelos de desenvolvimento urbano, particularmente concebidos para serem competitivos no mercado turístico.

A intensificação dos processos de patrimonialização, sobretudo a que decorre da corrida ao status de patrimônio mundial, e as regras recentemente adotadas pela Unesco para combater esta intensificação, são analisadas, neste texto, a partir de cinco idéias principais. Em primeiro lugar, procuramos demonstrar e caracterizar a corrida ao status de patrimônio mundial. Em segundo lugar, questionamos a natureza das relações entre o status de patrimônio mundial e o turismo internacional. Num terceiro momento, debruçamo-nos sobre a filosofia da noção de patrimônio mundial, de modo a dar-mos conta da oposição entre a idéia de reconciliação global que ela transporta e os conflitos nacionais e locais que acaba por fazer emergir. De seguida, problematizamos a intensificação da patrimonialização à luz da promoção de um mercado urbano de lazeres. Em quinto e último lugar, abordamos o status de patrimônio mundial enquanto fonte de legitimação política nacional e local.

A Corrida ao Status de Patrimônio Mundial

Mundialmente, uma das características da última década do milênio é a intensificação dos processos de patrimonialização. Se nos fixarmos na figura emblemática do patrimônio mundial, instituída pela Convenção da Unesco de 1972, verificamos que, durante os anos 90, emergiu uma espécie de corrida cujo objetivo é a aquisição do status de patrimônio mundial (Peixoto, 1997). Em Portugal, desde que, em 1983, a Unesco concedeu esta distinção ao centro histórico de Angra do Heroísmo (situada nos Açores), ao Mosteiro dos Jerónimos, à Torre de Belém em Lisboa, ao Mosteiro da Batalha e ao Convento de Cristo em Tomar, assistimos a uma multiplicação de candidaturas e de intenções de candidaturas ao status de patrimônio mundial. Ainda nos anos 80, este reconhecimento foi obtido pelo centro histórico de Évora, em 1986, e o Mosteiro de Alcobaça, em 1989. Nos anos 90, foram distinguidos vários bens e cidades: a paisagem cultural de Sintra, em 1995, o centro histórico do Porto, em 1996, o Parque Rupestre do Vale do Côa, em 1998, e a Floresta de laurisilva da Madeira, em 1999. A estes bens juntaram-se, em 2001, a Região vinícola do Alto Douro e o centro histórico de Guimarães. Além destes treze bens classificados, uma quinzena² de outros bens faz ou desejam fazer parte da lista indicativa que o Estado português, ao abrigo da Convenção de 1972, deve remeter à Unesco de 5 em 5 anos.

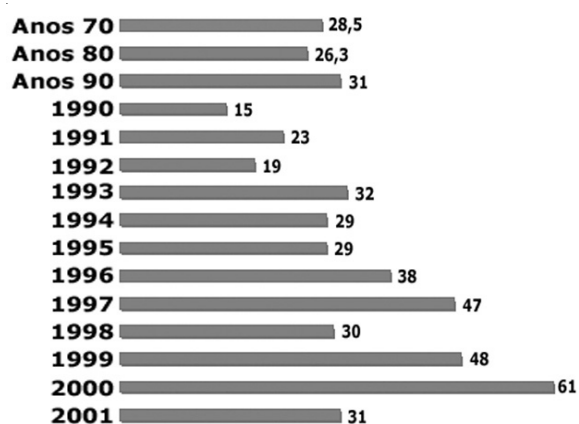
No gráfico 1, podemos verificar que, se os três primeiros

² Através da imprensa escrita pudemos registrar a intenção de promoção das seguintes candidaturas: Algar do Carvão, Almeida,

anos da última década do século XX evidenciam uma tendência, já visível, entre os anos 70 e 80, no sentido do abrandamento do ritmo de inscrição de bens na lista do patrimônio mundial, o resto da década inverte nitidamente esta tendência. Desde 1993, o número de bens inscritos anualmente na lista da Unesco ultrapassou sempre a média dos anos 70 e 80. Este fato constitui, desde logo, um primeiro indicador da intensificação da corrida ao status de patrimônio mundial (Peixoto, 1997).

Aqueduto das Águas Livres de Lisboa, Castro do Cadaval, Coimbra, Elevador do Bom Jesus de Braga, Furna do Enxofre, Marvão, Miranda do Douro, Óbidos, Sagres, Santarém, Vale Glaciário do Zêzere e ambiente pastoril das cortes e levadas, Valença e as vinhas da Ilha do Pico.

Gráfico 1
Número de bens inscritos na lista do patrimônio mundial



Fonte: Lista do Patrimônio Mundial, Unesco, janeiro de 2002.

É sabido que os custos econômicos associados à manutenção das cidades históricas e dos conjuntos patrimoniais em geral são avultados (Icomos, 1993: 21-22; Patin, 1997: 130-138). Acresce que, em comunidades que estão ainda longe de assegurar uma satisfação conveniente das necessidades primárias, o ato de consagrar recursos à conservação do patrimônio é frequentemente encarado como um luxo. Como explicar, então, a intensificação da patrimonialização e mais concretamente a corrida ao status de patrimônio mundial? Quem são os protagonistas desta corrida e quais as suas expectativas? A contextualização e a explicação do que poderíamos chamar a "*febre da patrimonialização*", ou a "*histeria do patrimônio*" (Peixoto, 2002), conduz-nos a centrar a questão nas políticas locais e urbanas. Na verdade, a intensificação da patrimonialização resulta, em larga medida, da necessidade de atuar e de reagir localmente em face de processos que são estruturais em termos econômico e global em termos de escala (Newby, 1994). Com isto, queremos dizer que as transformações ocorridas no seio das estruturas da economia mundial, caracterizadas pela crise das economias

industriais, pelo crescimento do consumo e pela generalização dos lazeres, têm obrigado muitas cidades dominadas por economias industriais ou agrícolas a reconverterem-se. Os elementos disponíveis para promover essa reconversão (sobretudo em relação às pequenas e médias cidades) são a cultura, o passado e o patrimônio. Assim, um segundo indicador, que permite caracterizar com maior propriedade a corrida ao status de patrimônio mundial, e que é uma consequência das transformações que acabamos de referir, é discutido no ponto seguinte. Ele remete para o fato de a última década do milênio ter visto a corrida ser dominada pelas cidades dos países da Europa ocidental, que, curiosamente, integram os principais mercados emissores e receptores dos fluxos turísticos.

A intensificação dos processos de patrimonialização adquire quatro características essenciais (Peixoto, 1997 e 2002): uma clara tendência para a elasticidade da noção de patrimônio; a redução temporal dos processos de patrimonialização; a emergência de uma lógica de gestão e de produção do patrimônio; e a importância crescente das políticas urbanas locais em relação às políticas do Estado central, mais voltadas para a monumentalização. Neste texto, interessamo-nos apenas por alguns aspectos destas quatro características dos processos de patrimonialização. Todavia, devemos assinalar que a corrida ao status de patrimônio mundial coloca em cena uma pluralidade de aspectos destas quatro características.

No plano das políticas urbanas, as particularidades locais são cada vez mais encaradas como vantagens competitivas e como recursos econômicos (Costa, 1999). Em cidades que conhecem problemas de erosão do seu tecido econômico e de perda de competitividade, o *genius loci* apresenta-se como um trunfo crescentemente mobilizável no âmbito de ações animadas prioritariamente por objetivos políticos e econômicos. É nesta dimensão das políticas locais que encontramos as bases de intensificação dos processos de patrimonialização. Nos aspectos simbólico e representacional, onde se joga o prestígio e se difundem imagens que evidenciam o potencial competitivo das cidades, o espírito de lugar e os símbolos que o representam tornaram-se um terreno privilegiado de transformação das identidades urbanas. Por um lado, as cidades, conquistando um lugar que pertencia ao Estado central, afirmam-se como atores da competição, utilizando como recursos da sua promoção e da sua transformação identitária o patrimônio histórico de que dispõem. Por outro lado, a intervenção crescente das cidades mostra que a competitividade está cada vez mais territorializada e enraizada, na medida em que depende da possibilidade de converter certas especificidades locais em recursos turísticos, promocionais e financeiros. Neste sentido, o sucesso das políticas urbanas parece depender da capacidade em produzir diferenças que as cidades possam

oferecer. A pressão do fator mediático no seio das políticas urbanas estimulou a produção simbólica e a produção de espaços emblemáticos, tendo contribuído para fazer aumentar o valor estratégico do patrimônio (Peixoto, 2000a). Este, tornado metalinguagem ao serviço das políticas urbanas, converteu-se numa palavra-chave da retórica urbana e dos discursos performativos dos atores locais.

Patrimônio Mundial e Turismo Internacional

É neste contexto que se torna interessante analisar a corrida ao status de cidade patrimônio mundial (Tabela 1 e Gráfico 2). Em finais dos anos 80, o número de cidades patrimônio mundial era de 71, enquanto que, em finais dos anos 90 (apenas dez anos passados), esse número se elevava a 164. Tão ou mais significativo quanto este crescimento é o fato de a percentagem de cidades patrimônio mundial situadas na Europa ter passado, na última década do século XX, de 45,1%, em 1989, para 57,3%, em 1999 (Peixoto, 2001). Este fato revela que o status de cidade patrimônio mundial se tornou um alvo de estratégias de regiões onde estão localizados os principais destinos do turismo histórico e patrimonial. A mudança de identidade simbólica provocada pela obtenção deste status funciona como uma bandeira que é agitada para atuar como imagem de marca de lugares que procuram tornar-se mais competitivos, sobretudo ao nível da captação dos fluxos do turismo histórico e patrimonial.

Nos anos 80, as cidades foram redescobertas para fins turísticos (Dietvorst, 1984). Mas, se o turismo urbano ficou à margem da massificação que o mercado turístico conheceu a partir dos anos 1960, a cidade é, atualmente (a par do litoral e do campo, e antes das montanhas), um dos quatro grandes destinos de férias dos europeus. No domínio das estadias de curta duração (menos de 4 noites), as cidades assumem-se como a principal categoria de destinos turísticos à escala europeia, concentrando 50% da procura (Merlin, 2001: 197). Concomitantemente, na última década, a procura e o consumo de patrimônio conheceram um crescimento inusitado. Ao aumento da procura tem correspondido um impressionante incremento da oferta, por via da multiplicação de cidades históricas que visam satisfazer essa procura (Ashworth e Tunbridge, 2000). A solidificação de um mercado urbano de lazeres e a expansão e a segmentação da indústria turística são dois fenômenos indissociáveis desta realidade. Ambos se apresentam como oportunidades que deixam pressentir e imaginar que as cidades históricas têm um passado risonho à sua frente. Seguindo Lowenthal (1989), poderíamos concluir que atualmente nada parece vender tão bem como o passado. À medida que as cidades se afirmam como destinos turísticos, o patrimônio converte-se numa grande indústria internacional.

Tabela 1
Cidades patrimônio mundial por regiões em 1995 e em 2001

REGIÕES	1995		2001	
	n	%	n	%
Europa	66	49,3	102	54,5
África e Oriente Médio	18	13,4	25	13,4
Ásia e Pacífico	22	16,4	25	13,4
América do Norte *	9	6,7	12	6,4
América do Sul, Central e Caribe	19	14,2	23	12,3
TOTAL	134	100	187	100

* EUA, Canadá e México

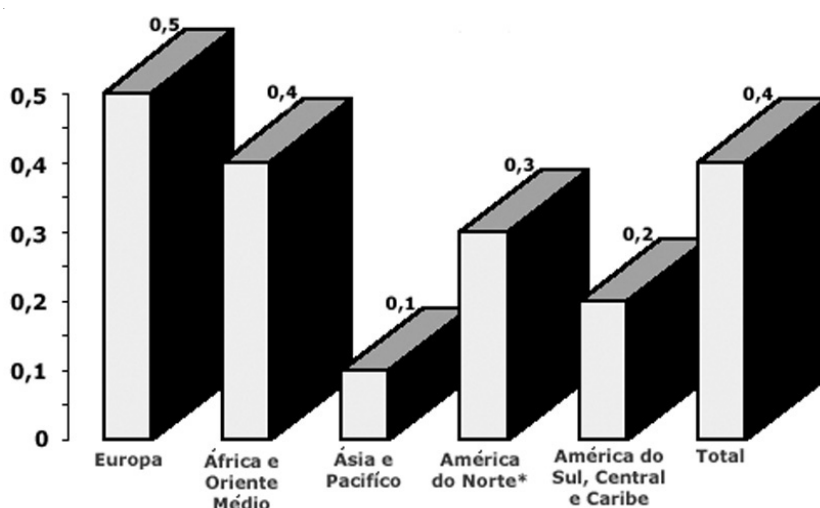
Fonte: OCPM

A ação desenvolvida pela Unesco no domínio da identificação de sítios naturais e de bens culturais, assim como a sua posterior inscrição na lista do patrimônio mundial, contribuiu enormemente para consolidar esta indústria; talvez de um modo não-intencional, mas, sem qualquer dúvida, de uma maneira efetiva (Carr, 1994).

Na Tabela 2, podemos verificar que a posição que os países ocupam na lista do patrimônio mundial (se os hierarquizarmos de modo decrescente a partir do número de bens inscritos na lista) é idêntica à posição que esses mesmos países ocupam na hierarquia dos principais destinos do turismo internacional. É, aliás, interessante notar que as posições são quase homólogas. A França, que é o principal destino turístico no mundo, ocupa a terceira posição na lista do patrimônio mundial. A Espanha é o segundo destino turístico e é o país que conta mais bens na lista do patrimônio mundial. A título de exemplo, podemos constatar que, no início dos anos 90, a Índia (que é um destino turístico marginal) ocupava o primeiro lugar na lista do patrimônio mundial. Chegados ao início da primeira década do século XXI, a Índia tinha sido ultrapassada pela Espanha, pela Itália, pela França, pela China, pela Alemanha e pelo Reino Unido. Em 1990, entre os países que contavam mais bens sancionados pela Unesco, figuravam a Bulgária (em oitavo lugar), o Peru (em décimo lugar), a Etiópia (na décima terceira posição), a Argélia (em décimo oitavo lugar), o Egito, a Líbia e o Paquistão (na vigésima posição). Em 2001, nenhum destes países "periféricos" ocupava uma posição entre os vinte primeiros da lista do patrimônio mundial. Em contrapartida, a Itália, que, em 1990, ocupava a décima oitava posição na lista

da Unesco, em 2001, subiu ao segundo lugar. Este fato permite-nos afirmar que não nos encontramos apenas perante uma corrida ao status de patrimônio mundial. O fenômeno parece ser mais complexo. Encontramo-nos, na verdade, em face de uma corrida que se intensificou fortemente à medida que as cidades dos países que dispõem de conjuntos patrimoniais mais valiosos ou mais valorizados pela indústria turística, animadas pela retórica da concorrência e pela densificação dos fluxos turísticos, se empenharam profundamente na transformação da sua identidade simbólica.

Gráfico 2
Taxa de crescimento das cidades patrimônio mundial
por Região (1995-2001)



* EUA, Canadá e México.

Fonte: OCPM.

Tabela 2
Posição ocupada na lista do patrimônio mundial e na hierarquia dos destinos turísticos

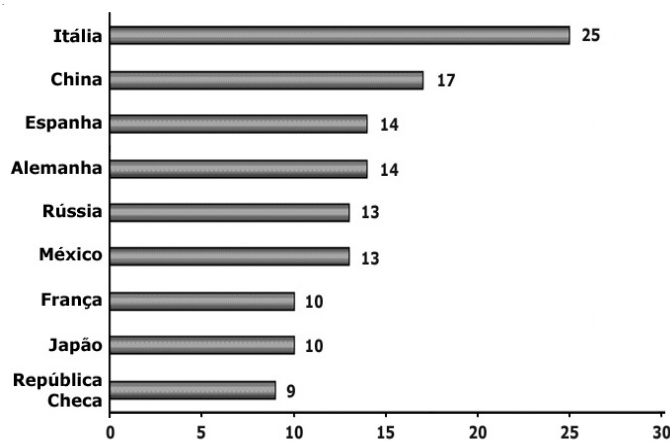
PAÍS	Número de bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial		Posição na Lista do Patrimônio Mundial		Número de turistas (milhões)	Hierarquia dos destinos turísticos	
	1990	2001	1990	2001	2001	1990	2001
Espanha	16	37	4	1	49,5	3	2
Itália	6	35	18	2	39,1	4	4
China	7	28	13	3	33,2	12	5
França	17	28	2	3	76,5	1	1
Alemanha	9	25	8	5	17,9	9	10
Reino Unido	14	24	5	6	23,5	7	6
Índia	19	22	1	7	2,5	-	-
México	8	21	10	8	19,6	8	7
Estados Unidos	17	20	2	9	44,5	2	3
Brasil	7	17	13	10	4,9	53	28
Rússia *	3	17	-	10	15,8	17	13
Grécia	12	16	6	12	12,8	13	14
Austrália	8	14	10	13	4,8	36	33
Canadá	10	13	7	14	19,6	10	8
Portugal	6	12	18	15	12,2	14	15
República Checa	0	11	-	16	3,7	-	38
Japão	0	11	-	16	4,8	28	34

* Dados relativos a 1998 no que diz respeito ao turismo
 Fontes: Lista do Patrimônio Mundial, Unesco, janeiro de 2002;

e Organização Mundial do Turismo.

Através do Gráfico 3, podemos verificar que os países que inscreveram um maior número de bens na lista do patrimônio mundial durante os anos 90 são, simultaneamente, aqueles que figuram entre os principais destinos turísticos. A China, que, durante o decênio (1990-1999), foi o segundo país a recolher maior número de distinções da Unesco, tendo passado da décima terceira para a quarta posição (terceira em 2001) na lista do patrimônio mundial, ganhou em igual período 6 posições na hierarquia dos destinos turísticos, tendo passado de décimo para sexto lugar (quinto em 2001)³. Devemos destacar que não defendemos o argumento de que a obtenção do status de patrimônio mundial garante, por si só, o crescimento da procura turística. O argumento que sustentamos é que a instituição do status de patrimônio mundial pela Unesco se converteu numa distinção simbólica que as cidades e os Estados não desprezam no conjunto dos esforços empreendidos para reforçar a sua atratividade turística⁴. Esta distinção simbólica é, freqüentemente, o elemento mais importante das políticas de *marketing* urbano e da gestão e da estruturação dos fluxos do turismo patrimonial, que é, entre as formas de turismo, um dos segmentos mais organizados e cujos fluxos são dos mais controlados por estratégias e aparelhos organizacionais (Page, 1995)⁵.

Gráfico 3
Número de bens inscritos na lista do patrimônio mundial por país (anos 90)



Fonte: Lista do Patrimônio Mundial, Unesco, janeiro de 2002.

³ Segundo previsões da Organização Mundial do Turismo (1997), a China, que, em 1985, estava classificada na décima terceira posição dos países mais visitados, ocupará, em 2020, o primeiro lugar entre os destinos mais procurados.

⁴ Podemos citar, a título de exemplo, o caso da República Tcheca. Este país, que era em 1990 o décimo sexto destino mais procurado pelo turismo internacional e que, em 1998, era já o décimo segundo, no início da década de 1990 não tinha qualquer bem inscrito na lista do patrimônio mundial. Ainda que este país tenha perdido, no período 1999-2001, algumas posições na hierarquia do turismo internacional, os esforços que tem levado a cabo para melhorar a sua atratividade turística, incluindo as candidaturas ao patrimônio mundial, permitiram-lhe provisoriamente ganhar algumas posições nesta hierarquia. As previsões da Organização Mundial do Turismo (1997) apontam este país como candidato a ocupar, em 2020, a décima posição entre os destinos mais procurados.

⁵ Um exemplo que ilustra esta realidade pode ser retirado a partir de uma iniciativa da Câmara Municipal de Évora. Em 1998, esta cidade alentejana, que, além de Lisboa e do Porto, é aquela que, nos anos 90, conheceu um dos mais fortes crescimentos de fluxos turísticos e de oferta

hoteleira (Peixoto, 1997), acolheu a IV assembleia das Cidades Patrimônio Mundial. Em Évora, os responsáveis locais estão, desde há muito, sensibilizados para o fato dos fluxos do turismo histórico e patrimonial serem fortemente estruturados e definidos na sua origem, para além de serem organizados numa lógica grupal, envolvendo indivíduos com um poder de compra acima da média e cujas estadias são de curta duração. Os políticos locais que organizaram a IV Assembleia das Cidades Patrimônio Mundial promoveram, também, uma "Mostra Turística das Cidades Portuguesas Patrimônio Mundial" e de outras cidades que constam da lista preliminar da Comissão Nacional da Unesco. Uma mostra que, procurando sugerir um roteiro das cidades portuguesas a visitar, foi especialmente organizada para 25 operadores turísticos, mas igualmente para jornalistas e peritos estrangeiros que, nos seus países, divulgam os destinos turísticos supostamente mais interessantes.

Patrimônio Mundial: Reconciliação Global ou Conflito Nacional e Local?

A figura do patrimônio mundial participa duma filosofia recente, traduzida em várias convenções e normas internacionais elaboradas no século XX (Pureza, 1998), que procura difundir a idéia de existência de um patrimônio comum da humanidade. Aquela figura aponta para um relativismo cultural e apresenta-se como um modelo patrimonial plenamente democrático e instigador do multiculturalismo (Poulot, 1992). As formas e os objetivos da patrimonialização consagrados nas convenções internacionais adquirem, de acordo com alguns autores, uma dimensão prática que conduz ao reconhecimento e ao respeito de subjetividades e especificidades culturais numa lógica de universalização de valores. Defendendo este argumento, Boaventura de Sousa Santos sustenta que a base sociológica que reivindica e defende os direitos patrimoniais da humanidade no domínio ambiental, em grande medida alimentada pelo trabalho das Organizações Não-Governamentais e pela ação dos movimentos sociais contra hegemônicos, é a prova de que a idéia de uma herança comum da humanidade radica na existência do que o autor designa por "*auditórios paradigmáticos ou transformativos*" (Santos, 1995: 260). Estes, empreendendo ações cada vez mais globalizadas e mediatizadas, constituem-se como comunidades interpretativas que lutam contra a reprodução da sociedade capitalista e que contribuem para combater poderes que são tanto mais hegemônicos quanto mais estão ancorados em territórios (Santos, 1995: 264).

Participando na filosofia de um patrimônio comum da humanidade, o regime de patrimônio mundial é suposto conduzir a uma ruptura com os anteriores processos de patrimonialização, uma vez que fomenta uma apropriação específica dos bens pertencentes à humanidade (são de todos e não são de ninguém) que encerra um potencial contra hegemônico. Para José Manuel Pureza (1998), a filosofia do patrimônio comum da humanidade antecipa mudanças profundas na ordem internacional e no sistema interestatal, impondo tendências e semeando promessas de reconciliação global. Todavia, é este mesmo autor que admite, desde logo, as limitações que o regime de patrimônio comum da humanidade, consagrado no direito internacional, enfrenta na concretização dos seus objetivos formais⁶.

Situando esta problemática relativamente ao status de patrimônio mundial, a Tabela 3 coloca em evidência outra dimensão da corrida a essa distinção. Ele permite constatar as razões que estão na origem das críticas dirigidas à lista do patrimônio mundial. Críticas que procuram destacar a ocidentalização da lista, a primazia conferida aos bens culturais em detrimento dos bens naturais e das dimensões

⁶ Boaventura de Sousa Santos acrescenta que a filosofia do patrimônio comum da humanidade foi, "*indubitavelmente, a doutrina substantiva mais inovadora, e também a mais vilipendiada, do direito internacional na segunda metade do século XX*" (1996: 29).

monumentais em relação a outras dimensões da cultura e, em geral, críticas que apontam a banalização do status de patrimônio mundial (Peixoto, 1997 e 2000b; Audrerie *et al*, 1998).

Tabela 3
Número de bens inscritos na lista do patrimônio mundial, por Regiões (1978-2001)

REGIÕES	1978/ 1985		1986/ 1993		1994/ 2001		Totais por linha	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Europa	76	36,4	86	42,6	153	49,4	315	43,7
África e Oriente Médio	51	24,4	21	10,4	28	9,0	100	13,9
Ásia e Pacífico	35	16,7	62	30,7	77	24,8	174	24,1
América do Norte *	22	10,5	18	8,9	12	3,9	52	7,2
América do Sul, Central e Caribe	25	12,0	15	7,4	40	12,9	80	11,1
Totais por coluna	209	100	202	100	310	100	721	100

Fonte: Lista do Patrimônio Mundial, Unesco, janeiro de 2002.

Se analisarmos a certificação de bens do patrimônio mundial desde o início até 2001 (Tabela 3), por períodos de 8 anos, constatamos que 44% dos bens reconhecidos estão localizados na Europa e que esta tendência se reforçou desde a década de 70. Com efeito, apenas 36% das certificações no primeiro período (1978-1985) eram bens situados na Europa, enquanto que no segundo (1986-1993), a percentagem relativa à Europa era de 43%, tendo subido para 49% no terceiro (1994-2001). Em contrapartida, a África, que no primeiro período ocupou o segundo lugar em número de reconhecimentos, logo a seguir à Europa (com 24% das classificações do primeiro período), viu o número de certificações (absolutas e relativas) cair fortemente nos períodos seguintes, de modo que apenas 9% dos reconhecimentos do terceiro são relativos a bens situados na África. As críticas referidas no início deste ponto (críticas que acabamos de exemplificar) conduziram a Unesco a mudar a sua política de certificação do patrimônio cultural dos países ocidentais. Lembremos que, para além da ocidentalização, a lista do patrimônio mundial está marcada por um peso excessivo dos bens culturais em relação aos bens naturais, assim como pelas dimensões monumentais do patrimônio. Neste contexto, é sintomático que, dos 721 bens inscritos na

⁷ O critério inicialmente sugerido para definir as paisagens culturais privilegiava as paisagens rurais. Este critério foi bastante contestado e acabou por ser recusado, uma vez que se baseava numa definição muito restritiva e europeísta. Em 1991, o Secretário do patrimônio mundial sugeriu um novo critério. Ainda que mais abrangente, esse novo critério, que assentava no caráter exemplar de associações entre elementos culturais e naturais, não foi aceita pelos membros do comitê do patrimônio mundial porque fazia radicar a exemplaridade em qualidades que, para determinados membros do Comitê, não eram suficientemente universais. Em 1992, recorrendo a um grupo de peritos, devidamente escudado na interdisciplinaridade e na representatividade cultural, o Comitê adotou finalmente as novas orientações que tratam especificamente da questão das paisagens culturais. Nessas orientações estão definidas três categorias de paisagens culturais: as paisagens criadas intencionalmente pelo homem; as paisagens evolutivas, que se subdividem em paisagens relíquia (ou fósseis) e paisagens vivas; e as paisagens associativas (Unesco, 1992 e 1993).

⁸ Desde que a Convenção começou a ser aplicada, em dois casos apenas, mais de trinta Estados signatários apresentaram, num mesmo ano, novos

lista da Unesco em dezembro de 2001, 554 sejam bens culturais, 144 bens naturais e 23 paisagens culturais. Se considerarmos estas categorias de inscrição na lista, verificamos que, entre os 31 bens inscritos em 2001, apenas 6 são sítios naturais. Além disso, a Tabela 1 permite-nos deduzir que, nos últimos anos, a patrimonialização intermediada pela Unesco se caracteriza claramente pela consagração dos centros históricos das cidades da Europa ocidental.

A partir de meados dos anos 80, o Comitê do Patrimônio Mundial procurou definir uma estratégia que assegurasse uma maior representatividade da lista do patrimônio mundial, tanto em relação às regiões do mundo, quanto no domínio dos tipos de patrimônio representados. A criação de uma nova categoria patrimonial, as paisagens culturais, apresentou-se, aos olhos do comitê, como uma solução possível para tornar efetiva a nova estratégia da Unesco. Apesar dos esforços desenvolvidos a partir de meados da década de 80, não foi nada fácil obter um consenso sobre a definição de paisagens culturais⁷. Porém, a obtenção deste consenso, em 1992, não conseguiu pôr um travão nem à ocidentalização da lista, nem ao favorecimento dos bens culturais e das dimensões monumentais do patrimônio. Esta nova categoria, cujo objetivo era contrariar estas tendências, não tardou a gerar efeitos perversos. Entre os 23 bens classificados como paisagens culturais entre 1993 e 2001, 16 estão localizados na Europa. A banalização do status de patrimônio mundial, visível no âmbito das tendências que acabamos de constatar, acentuou-se no final da década com a patrimonialização de 48 bens em 1999 e de 61 (um máximo até então nunca alcançado) em 2000 (Gráfico 1).

Para contrariar esta banalização, o comitê do patrimônio mundial decidiu, na sua XXIV Sessão, realizada em Cairns (Austrália), em 2000, limitar (durante um período experimental de 2 anos) a um máximo de 30 o número de inscrições anuais⁸. Esta proposta foi ratificada pela Assembléia Geral realizada em outubro de 2001 e deverá ser reavaliada em 2003. O Comitê decidiu aplicar esta decisão de acordo com um sistema prioritário. Segundo este sistema, os países que não tenham qualquer bem inscrito na lista podem submeter até três novas propostas de inscrição por ano. Os outros Estados signatários da Convenção podem apenas submeter uma nova proposição por ano (Unesco, 2002)⁹. Se dentro destes princípios o número de novas propostas de inscrição for superior a 30, será aplicado um processo de seleção em função da categoria ou categorias sub-representadas ou menos representadas. Esta nova política da Unesco tinha sido concebida em 1994 no âmbito da adoção, pelo comitê do patrimônio mundial, de uma "*Estratégia global para uma lista do patrimônio mundial representativa, equilibrada e credível*" (Unesco, 2002).

Ao adotar estas medidas, a Unesco trava o ritmo da

patrimonialização, mas não trava a corrida ao status de patrimônio mundial. Pelo contrário, estas medidas tornam a corrida mais competitiva e conflituosa. Estas regras acabam por conferir à corrida um formato de uma verdadeira competição. O mecanismo de pré-seleção nacional, aferindo as capacidades para competir a um nível superior, realça a necessidade de garantir antecipadamente as condições de sucesso: tempo de amadurecimento da candidatura, necessidade de conhecer e poder avaliar permanentemente os competidores diretos, profissionalização no que se refere à preparação da proposta e, entre outras, capacidade de exercer a influência indispensável à pré-seleção. Além disso, o fato de uma reprovação inviabilizar de vez uma proposta acentua a vertente competitiva desta corrida e leva a que os estados sejam mais cuidadosos na apresentação de candidaturas de bens culturais como os centros históricos. A estas dimensões junta-se uma outra, que tem a ver com o fato de um bem classificado poder ser, como em qualquer outra competição, desclassificado se infringir algumas das normas do regulamento¹⁰.

Neste contexto, em nível nacional, entre os Estados que contam com bens inscritos na lista, é provável que se desenvolva uma competição cerrada, ou mesmo conflituosa, para determinar qual o bem a propor para inscrição. De um ponto de vista doutrinal, a nova política da Unesco revela e acentua o fato de antes de ser coletivizado pela comunidade internacional, por via da sua inscrição na lista, o bem é nacionalizado e localizado, no sentido em que é objeto de escolhas políticas num contexto de forte concorrência entre diversos locais ou bens. A decisão de transferir para o nível nacional a seleção de uma candidatura entre as existentes, reforça a evidência que o patrimônio mundial funciona mais como uma causa de conflito nacional e local que como um instrumento de reconciliação mundial.

Em Portugal, a aplicação do mecanismo de pré-seleção revelou, no seu primeiro ano de funcionamento, alguns sintomas de conflitualidade. O Estado português acabou por selecionar, para apresentar em 2002, a proposta de inscrição das vinhas da Ilha do Pico nos Açores, tendo deixado de fora as candidaturas da Vila do Marvão e do centro histórico e lezírias de Santarém. Esta seleção ocorreu num contexto particular, uma vez que, em 2000, o Estado português tinha apresentado ao comitê do patrimônio mundial a proposta de inscrição do centro histórico de Santarém, que integrava a lista preliminar desde 1996. A Unesco, baseada num parecer do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), deu conhecimento ao Estado português que a candidatura não seria selecionada, dado que o país conta, já, na lista do patrimônio mundial, com vários exemplos de arquitetura gótica (Mosteiro

dossiês de candidatura. Isso significa que se cada país submeter uma única proposta de inscrição por ano é muito provável que o Secretariado receba menos de 30 novas candidaturas. Neste caso, não será necessário proceder a uma seleção das propostas de inscrição através do recurso ao filtro das categorias não representadas ou sub-representadas na lista. As propostas de inscrição de locais transfronteiriços não são contabilizadas dentro do limite fixado de modo a promover a cooperação entre Estados e a fomentar o seu empenho na preservação de bens e locais mais frágeis e ameaçados. Assim, e dando conta da reformatação da corrida ao título de patrimônio mundial, se forem remetidas mais de 30 propostas de inscrição, a data de recepção no Centro do patrimônio mundial de todos os dossiês de candidatura devidamente preenchidos e instruídos será considerada como um segundo fator determinante de seleção (Unesco, 2002). Este critério de seleção implica que as candidaturas, para maximizarem as possibilidades de saírem vencedoras, devem ser preparadas com a devida antecedência e apresentadas em datas bem precisas.

⁹ Recordemos que, em 2001, entre os dez Estados que contam um maior número de bens inscritos na lista, sete obtiveram a classificação de novos bens (exceto os Estados

Unidos da América, a Índia e o México) e um (o Reino Unido) viu serem distinguidos quatro novos bens.

¹⁰ Devemos salientar que esta possibilidade não foi, até hoje, efetivada pela Unesco. A organização dispõe de um mecanismo de dissuasão que serve de alerta ao Estado proprietário do bem e que consiste em inscrevê-lo na lista do patrimônio mundial em perigo. No início de 2000, o diretor do Comitê do Patrimônio Mundial enviou uma carta ao embaixador de Portugal na Unesco, informando que, nos últimos anos, haviam sido recebidas inúmeras cartas relativas a Sintra, queixando-se sobre a ameaça das selvas de betão e abandono do patrimônio classificado. Em julho de 2000, a Unesco decidiu enviar uma missão a Sintra, que considerou ser suficiente deixar algumas recomendações ao município e não ser necessário tomar outras medidas.

dos Jerônimos, Mosteiro da Batalha, Mosteiro de Alcobaça e Convento de Cristo em Tomar). O Estado português, por indicação da Câmara Municipal de Santarém, retirou então a candidatura, com o presidente da Câmara a acusar o Estado de falta de trabalho diplomático junto da Unesco e a responsabilizá-lo pela necessidade de suspensão da candidatura. A cidade, que se promove no mercado turístico como a capital do gótico em Portugal, refez, entretanto, a sua candidatura, propondo para inscrição o centro histórico e a lezíria ribatejana circundante. Sendo uma candidatura à categoria de paisagem cultural, o bem potencializa a possibilidade de inscrição, dado tratar-se de uma categoria pouco representada na lista (23 bens), ao contrário da categoria dos bens culturais (554 bens) a que anteriormente se candidatara. A sua não pré-seleção tornou-se, em função dos antecedentes, a primeira fonte de conflito visível decorrente das medidas adotadas pela Unesco. Além disso, a reformulação da candidatura, no sentido de propor uma inscrição numa categoria sub-representada, acentua uma outra dimensão da vertente competitiva da corrida ao status de patrimônio mundial. As candidaturas terão de trabalhar e apresentar ao detalhe os critérios específicos que maximizam as possibilidades de inscrição, de acordo com as características que, a cada instante, a competição valoriza. Neste sentido, acabam por converter-se em candidaturas elaboradas à medida da competição em curso, relevando uma especificidade que decorre mais dos critérios que maximizam as possibilidades de seleção que das características do próprio bem candidatado.

A Patrimonialização e a Promoção de um Mercado Urbano de Lazer

Para retomarmos o nosso argumento de que a patrimonialização é um fenômeno indissociável da solidificação de um mercado urbano de lazeres e da expansão e da segmentação da indústria turística, diríamos que a difusão de novas imagens que alimenta este mercado se efetua, genericamente, de dois modos: através da dinamização cultural, como a organização de eventos culturais, e da inscrição de símbolos modernizadores nas paisagens urbanas; e através da instrumentalização, da reinvenção e da revalorização do patrimônio histórico, que se torna um recurso simbólico das estratégias que procuram converter a marca de tradição deste patrimônio em capital de inovação (Fortuna, 1997). A requalificação do espaço urbano tem vindo a ganhar uma centralidade inusitada nas políticas locais urbanas e a relação entre ação cultural e qualificação dos espaços urbanos está na ordem do dia (Silva, 1995). As cidades estão cada vez mais envolvidas em projetos que visam proporcionar uma cultura urbana baseada no usufruto do espaço público. No que se refere

às políticas urbanas, os centros históricos e o espaço público estão sendo encarados como equipamentos culturais. De acordo com José Madureira Pinto, *"a verdadeira importância [dos processos de patrimonialização] reside, não tanto na estratégia de conservação das marcas arquitetônicas do passado, como, sobretudo, no estímulo dado, por seu intermédio, à criação cultural autônoma e à recuperação mais genuína da festa, a saber, a da celebração coletiva em que todos são tendencialmente protagonistas"* (1995: 192).

No âmbito do mercado urbano de lazeres e de turismo, os centros históricos estão a converter-se em palcos de sociabilidades e de encenação da vida quotidiana, constituindo-se como uma espécie de nova realidade alegórica das cidades¹¹. A existência de uma ruralidade envolvente, como acontece na generalidade das cidades portuguesas, permite que os símbolos dessa ruralidade sejam instrumentalizados para promover a animação e a estilização dos centros históricos das cidades, fornecendo ao mercado turístico o lado exótico que ele procura. Deste modo, as cidades históricas permitem o contacto com um passado idealizado e com a sociedade atual enquanto outra; contacto que é tanto mais valorizado e procurado quanto à uniformização se impõe por via dos fenómenos de globalização (Orbasli, 2000). As "tradições" e os "produtos típicos" são recursos centrais das estratégias de desenvolvimento urbano apostados em fomentar o mercado do lazer e do turismo histórico e patrimonial e em promover a difusão de novas imagens. Devemos acrescentar que, neste contexto, as cidades receptoras destes fluxos adotam crescentemente estratégias de diversificação dos produtos turísticos. Estas estratégias, procurando combater a massificação da oferta turística, orientam-se predominantemente para circuitos alternativos em que as idéias de natureza e de ruralidade ganham uma importância preponderante (Peixoto, 2002).

Assim, a intensificação dos processos de patrimonialização deve-se, também, ao fato de o património ser um recurso importante daquilo que poderemos designar pelo mercado urbano de lazeres. A imbricação crescente entre consumo e lazer (Peixoto, 1995) e a espacialização destas dinâmicas conduziram as políticas locais a tratar, mais ativamente, dos centros urbanos e das suas funções culturais. Atualmente, quando nos referimos à competição intercidades, estamos também a aludir aos atos de consumo, mesmo que se trate apenas de consumo visual, e dos momentos de contacto com o espaço vivido da cidade (Fortuna, 1997). A ato trivial de sair de casa com a justificação que se vai dar uma pequena volta para passar tempo converte-se, freqüentemente, num ato de consumo que acaba por fazer os indivíduos regressar a casa carregados de compras. De igual modo, a expressão "sair de casa para ir às compras" não significa, a maior parte das vezes,

¹¹ Baptista e Pujadas afirmam mesmo que "os centros urbanos no seu esplendor pós-moderno são algo assim como as imponentes cenografias operísticas em que só a contraluz (à revelia da orientação dos focos de iluminação) deixa ver a urdida caótica da trama" (2000: 302).

outra coisa que percorrer todas as montras da cidade, e “ir às compras” acaba por redundar num regresso a casa sem nada se ter comprado. Estes fatos, tão correntes na nossa vida quotidiana, permitem-nos afirmar que, no contexto dos novos modos de vida urbanos, o consumo se apresenta disfarçado de lazer e os lazeres, por sua vez, surgem disfarçados de produtos de consumo (Peixoto, 1994)¹². O que as cidades procuram fazer, hoje em dia, é espacializar estas duas dinâmicas numa moldura patrimonial que ajuda através da estilização, do tratamento plástico do espaço e da oferta de uma marca de tradição a promover a frequência do espaço público. A própria territorialização da experiência ligada ao consumo de bens turísticos e o fascínio exercido pela temporalidade simbolizada nos monumentos e na arquitetura estão a afirmar-se como a principal mercadoria do consumo visual que a indústria turística promove e comercializa (Fortuna, 1999). A expressão “urbanismo comercial”, que combina as variáveis consumo, lazer e espaço (Balsas, 1999), coloca em evidência o valor estratégico das molduras patrimoniais urbanas e revela o modo como o património se converteu num recurso que está ao serviço da economia e do urbanismo.

Dito isto, acrescentaríamos que os processos de patrimonialização não residem verdadeiramente nas estratégias de conservação das marcas arquitetônicas do passado, mas, sobretudo, no modo como estimulam a criação cultural e os atos de animação e de dinamização do espaço público. O património torna-se objeto das políticas públicas e apresenta-se como elemento incontornável das dinâmicas económicas e sociais do espaço urbano, na medida em que se constitui como um instrumento de modernização, já que é exatamente na dialética entre património e projeto que a modernidade se manifesta (Poulot, 1998).

Os processos de patrimonialização, quer por resultarem da pressão de sectores da população local interessados em reforçar os seus direitos cívicos, quer por resultarem de lógicas de rivalidade entre lugares que visam manter ou aumentar o seu prestígio, são frequentemente de natureza reativa e acabam, muitas vezes, com excessiva facilidade, por se converterem num fim em si mesmo. O efeito dramático desta tendência é visível nos modelos de desenvolvimento urbano que estão na moda desde há uma dezena de anos. Significa isto que, presentemente, em relação aos projetos de transformação urbana, as cidades conhecem modelos de reprodução em série. Na verdade, sempre que um modelo de desenvolvimento económico parece funcionar num lugar, este modelo é rapidamente importado, replicado ou até mesmo mimetizado, por outros lugares, num processo que poderíamos designar por “benchmarking urbano”¹³. A corrida ao status de património mundial não deixa de ser uma consequência deste efeito de

¹² Neste contexto, não deixa de ser curioso observar que, no domínio do mercado turístico internacional, os equipamentos de lazer tenham vindo a adquirir uma importância gradual, impondo-se aos equipamentos de carácter mais estritamente cultural. Em 1999, entre as 10 atrações ou locais mais visitados em todo o mundo, 5 foram infra-estruturas de lazer, ocupando 3 delas as 3 primeiras posições. Ou seja, respectivamente, a *Disneyworld* de Orlando, a *Disneyland* de Anhaheim (ambas nos EUA), a *Disneyland Paris*, a *Blackpool Pleasure Beach* (no Reino Unido), em sexto lugar, e o *Magical World of Fantasy Island*, em nono lugar (também no Reino Unido). A atração cultural mais visitada aparece em quarto lugar. Trata-se da Catedral de Notre Dame em Paris (Organização Nacional do Turismo de Luxemburgo, 2002). Além disso, mesmo entre os espaços culturais mais institucionalizados, como os museus, assistimos a um incremento combinado das funções marcadamente culturais com as funções de diversão (Faria, 1995).

¹³ A ideia de *benchmarking* desenvolveu-

reprodução em série de um modelo de desenvolvimento urbano que, pelo menos aos olhos dos responsáveis locais, cria novas oportunidades de afirmação das cidades, novas vantagens no domínio turístico e comercial e novos elementos que contribuem para reforçar a identidade local. A consequência imediata desta tendência é que, desde os anos 1990, tem aumentado incessantemente o número de cidades históricas que estão a competir pelo mesmo mercado turístico.

O Patrimônio Mundial como Fonte de Legitimação

O turismo é freqüentemente encarado como um modo de obter o reconhecimento político num mundo competitivo (Robinson, 2001). Do mesmo modo, o status de patrimônio mundial, quer considerado em relação a si mesmo na sua função emblemática, quer equacionado como engodo do mercado turístico, constitui-se como uma fonte de legitimação política nacional e local. O turismo e o status de patrimônio mundial concorrem, seja no plano nacional, seja no plano local, para aumentar o prestígio e a auto-estima das entidades proprietárias dos bens visitados e reconhecidos. Paradoxalmente, os Estados e as cidades que pretendem afirmar a sua competitividade e a sua modernização parecem consegui-lo mais eficazmente se forjarem e mediatizarem testemunhos da sua vetustez. O status de patrimônio mundial, fazendo prova de um passado insigne e único, é um instrumento privilegiado dessa logística simbólica que ajuda a alcançar o reconhecimento político num mundo competitivo. O turismo, por seu lado, revelando essa competitividade e, por essa via, a modernidade do país, é uma medida de aferição do valor cultural dos bens visitados. Medida que é tanto mais insuspeita quanto o reconhecimento é, na generalidade dos casos, feito por estrangeiros. Porém, esta legitimação política está longe de impedir interpretações e usos muito diversificados do status de patrimônio mundial e de permitir conferir ao turismo uma legitimidade inquestionável.

O *status* da Unesco, quer devido ao seu valor simbólico, quer devido ao seu valor funcional no domínio da projeção mediática das cidades, torna-se um dos elementos centrais da retórica e da luta política subjacentes aos projetos de transformação urbana. Ele é freqüentemente evocado para legitimar ou para criticar certas estratégias de intervenção. É também convocado para contestar ou justificar o *status quo*. Na verdade, ao tornar-se uma distinção e a referência simbólica e emblemática por excelência dos processos de patrimonialização, o status de patrimônio mundial parece ter adquirido uma aura que permite alcançar níveis inimagináveis de consenso e de legitimação no que diz respeito às opções relativas às políticas urbanas. Em nome do patrimônio mundial, uma grande parte das opções adquire legitimidade, enquanto

se, particularmente, a partir dos anos 70, tendo-se consolidado nos anos 80 e 90. A sua difusão fica a dever-se às experiências de empresas norte-americanas, notadamente a *Xerox Corporation*, onde foi adotada como ferramenta de gestão. Na sua essência, o *benchmarking* consiste em promover a comparação e a aprendizagem com entidades que concorrem no mesmo setor. Esta operação baseia-se em 4 processos fundamentais: desenvolver uma percepção detalhada dos processos de trabalho utilizados; analisar os processos dos outros, sobretudo os mais competitivos; comparar os processos utilizados com os dos outros identificando as desvantagens; dar os passos necessários para preencher o hiato existente, procurando reproduzir os fatores de sucesso dos processos mais competitivos.

outras a perdem. Em nome do patrimônio mundial, o patrimônio torna-se um *álibi* que permite justificar, em nome da preservação e da obtenção de um status, o imobilismo das políticas de intervenção nos centros urbanos. É ainda em nome do status de patrimônio mundial que o patrimônio se pode converter num móbil ao serviço das elites e dos grupos locais de pressão para exortar o poder local à mudança do *status quo* ou à adoção de determinadas soluções em detrimento de outras.

O recurso ao patrimônio, com o objetivo de assegurar a promoção nacional e internacional da cidade, tem levado muitos eleitos locais a investir particularmente na construção de um discurso, de uma iconografia e de um estetismo da cidade, em relação aos quais o status de patrimônio mundial se converteu numa referência emblemática. Todavia, é freqüente estas imagens urbanas serem forjadas através de meios de comunicação, tendo por base as técnicas de *marketing* e uma forte dimensão retórica, e não, como deveria ser, através de um trabalho de transformação do espaço urbano e da sua paisagem social. A procura do status de patrimônio mundial pode estar prisioneira de uma estratégia de construção de uma imagem de marca que não encontra correspondência no plano das dinâmicas do espaço urbano. Isso acontece, como afirma Bourdin (1996), tanto quando se desenvolve um patrimônio sem projeto, como quando o patrimônio se torna um projeto em si mesmo. Com muita freqüência, o enobrecimento do passado conduz a um esquecimento e a um empobrecimento do presente. Neste contexto, e considerando, por exemplo, as reações populares à rigidez que a patrimonialização impõe, devemos perguntar-nos até que ponto é que os habitantes se reconhecem numa identidade urbana que lhes é imposta, na medida em que as iniciativas patrimoniais que visam a promoção da visibilidade e da competitividade da cidade são da ordem do prestígio e da performance (Legué-Dupont, 1996).

Para Bourdin (1996), com a afirmação da concorrência entre as cidades da Europa, assistimos, concomitantemente, ao desenvolvimento de cenários de imitação e de fenômenos de escalada em diversos domínios (o mais autêntico, o mais exótico, o mais hospitaleiro). No decurso dos últimos 20 anos, a aposta na valorização do patrimônio urbano está intimamente ligada à idéia de modernização e de afirmação das cidades como centros de atividades, de inovação e de desenvolvimento num contexto fortemente concorrencial. A procura de um espírito de lugar que as cidades visam, através das políticas de patrimonialização, revela que nenhum espaço está protegido por um valor simbólico permanente capaz de lhe garantir um status patrimonial perene, e que manter a competitividade num mercado tão exigente e tão volátil como o do turismo obriga a uma recriação permanente do encanto simbólico dos

lugares¹⁴. Qualquer objeto patrimonial tem necessidades, para subsistir, de ser reinventado e reativado por indivíduos que o inscrevem na sua vida quotidiana. Utilizar os recursos de uma cidade, quer se trate do património ou das características dos cidadãos, é legítimo e desejável. É igualmente legítimo levar em conta o mercado do turismo cultural, que, em muitos casos constitui uma tábua de salvação do património (Desurvire, 1998), embora, recorrentemente, se apresente como uma ameaça. É também desejável conferir um valor emblemático a determinados elementos do património que possam facilitar a identificação da cidade. Mas é muito perigoso que uma política patrimonial fique por aí, solta, e que se satisfaça em atribuir à cidade o status de mercadoria patrimonial (Bourdin, 1996).

As cidades parecem apostadas em continuar a desenvolver a dimensão atrativa e emblemática do património. Esta estratégia arrisca-se a conduzir a uma valorização generalizada, com uma significação de difícil compreensão e balizada por alguns elementos caricaturais, em que o património desempenha apenas uma função decorativa e o papel de uma montra. A "febre da patrimonialização" que pressentimos em Portugal, materializada pela procura do status de património mundial, restringe-se, por vezes, excessivamente, a fenómenos de atribuição do status de mercadoria patrimonial. A esta fúria patrimonialista estão associados dois problemas principais. Um deles tem a ver com a ação das autoridades municipais que, incapazes de pôr em prática uma política de gestão, parecem estar mais empenhadas em obter uma medalha do que em desenvolver uma política coerente do património. O segundo problema decorre do fato de as autoridades municipais, confundindo candidaturas a estatutos com políticas de preservação do património, pretenderem fazer no âmbito das candidaturas a património mundial o que há muito deveria ter sido feito no domínio da proteção do património.

Conclusão

Este texto é construído a partir da hipótese de que nos encontramos perante uma corrida ao status de património mundial. Essa corrida torna-se, assim, objeto de análise no contexto da promoção do mercado urbano de lazer e turismo, procurando-se caracterizar as várias dimensões dessa corrida e algumas cumplicidades e tensões entre património, cidades e turismo. *Grosso modo* podemos retirar da análise efetuada cinco conclusões gerais que passamos a enumerar.

A primeira conclusão é que os anos 90 assistem a uma intensificação sem precedentes desta corrida. O que a motiva são, desde logo, as mudanças estruturais ocorridas na economia mundial e os seus impactos locais. A expansão da atividade turística, a solidificação de um mercado urbano de lazeres e a importância crescente das políticas locais urbanas são os fatores

¹⁴ Ephesus, na Turquia, constitui um exemplo desta realidade. Segundo Scarce (2000), Ephesus, depois de ter entrado em declínio, revitalizou-se através do turismo e readquiriu um brilho semelhante ao que tinha tido na época clássica. A inversão do declínio tem sido garantida através de inúmeras operações de natureza simbólica traduzidas na recuperação de lugares e episódios do passado secular da cidade. Apesar do antigo templo manter uma única coluna de pé, o local foi arranjado de modo a permitir aos turistas "caminhar nas antigas ruas e admirar as numerosas ruínas de casas e monumentos", assim como a biblioteca de Celsus, entretanto reconstruída por uma equipe internacional de arqueólogos e conservadores. O grande teatro, "onde S. Paulo pregou", foi recuperado para que os turistas possam assistir às performances dos grupos locais. "A casa onde a Virgem Maria viveu 11 anos" tornou-se um dos principais locais de visita e as escavações permanentes sugerem que a cidade não está estática e que, numa futura visita, terá novos encantos para revelar.

que enquadram e justificam esta corrida. Por outro lado, esta corrida processa-se num contexto marcado por uma territorialização crescente da competitividade, no sentido em que as especificidades locais são alvo de fortes investimentos simbólicos, e por uma intensa pressão para a mediatização das políticas locais.

A segunda conclusão remete para o fato de o status de patrimônio mundial se ter tornado um alvo estratégico das cidades e países onde estão localizados os principais mercados do turismo histórico e patrimonial, onde parece estar a ser convocado para funcionar como imagem de marca da competitividade. O aumento da procura neste sector turístico tem sido acompanhado por um impressionante incremento da oferta, o que obriga a criação e invenção de distinções simbólicas possíveis e imaginárias. Neste sentido, o status da Unesco favoreceu, e muito, a expansão do patrimônio como indústria internacional.

Uma terceira conclusão tem a ver com a contradição que parece existir entre a filosofia subjacente à convenção da Unesco de 1972 e os resultados práticos da sua aplicação, bem como no que se refere às medidas adotadas para evitar a banalização do status de patrimônio mundial. Estas medidas conduzem, no nosso ponto de vista, a que a corrida a que aludimos se torne ainda mais competitiva e mesmo conflituosa. No limite, podemos afirmar que o patrimônio mundial, contrariamente à matriz doutrinal de que faz parte, se presta a funcionar mais como uma causa de conflito nacional e local do que como um instrumento de reconciliação mundial.

Como quarta conclusão, retemos a idéia que, no âmbito do mercado urbano de lazeres e de turismo, os centros históricos se estão a converter em palcos de sociabilidades espetacularizadas e de encenação da vida quotidiana, constituindo-se como uma espécie de nova realidade alegórica das cidades. Alegoria esta que se manifesta de forma tripartida. Por um lado, os centros históricos são cada vez mais apresentados como a expressão concreta de uma idéia de espaço público. Assim, sob forma figurada da imbricação entre consumo e lazer, os centros históricos são uma alegoria desse espaço público, supostamente perdido que urge recuperar. Por outro lado, a animação crescente dos centros históricos e a sua turistificação, constituem e originam expressões performativas e plásticas que pretendem sugerir ideais de cidadania e de participação cívica. Finalmente, os centros históricos funcionam como alegoria nas situações em que o seu esplendor e a qualidade urbanística dos seus espaços, freqüentemente contrastando com o resto da cidade que os envolve, os tornam uma espécie de obra de arte que representa uma idéia abstrata de qualidade de vida. Neste âmbito, funcionam como imagem metonímica da cidade, convidando a

tomar a parte, ordenada e embelezada, pelo todo.

Como quinta e última conclusão, pretendemos salientar que o turismo e o status de património mundial, na estreita relação que os une, atuam como fontes de legitimação política nacional e local, aumentando o prestígio e a auto-estima de Estados e cidades. A legitimação que proporcionam não elide, porém, certas arbitrariedades inerentes, quer ao turismo, quer ao património. Se é verdade que o património tem sido conservado por constituir um recurso que alimenta o mercado turístico, convém não esquecer que uma boa parte dele tem sido destruído por causa do turismo. Por outro lado, os discursos sobre o património, e a sua conseqüente valorização no âmbito do mercado turístico, oscilam entre uma utilização pensada dos recursos patrimoniais para promover o desenvolvimento urbano e uma retórica vazia de conteúdo que, freqüentemente, não passa de protocolos mediáticos.

Bibliografia

- ASHWORTH, G. J. e TUNBRIDGE, J. E. (eds.). **The tourist-historic city: retrospect and prospect of managing the heritage city**. Amsterdam: Pergamon, 2000.
- AUDRERIE, Dominique; SOUCHIER, Raphaël & VILAR, Luc. **Le patrimoine mondial**. Paris: PUF, 1998.
- BALSAS, Carlos José Lopes. **Urbanismo comercial em Portugal e a revitalização do centro das cidades**. Lisboa: Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica/ Ministério da Economia, 1999.
- BAPTISTA, Luís Vicente & PUJADAS, Joan Josep. *Confronto e entreposição: os efeitos da metropolização na vida das cidades*. **Forum Sociológico**, n. 3/4, 2000, pp. 293-308.
- BOURDIN, Alain. *Sur quoi fonder les politiques du patrimoine urbain?*. **Les Annales de la Recherche Urbaine**, n. 72, 1996, pp. 7-13.
- CARR, E. A. J. *Tourism and heritage: the pressures and challenges of the 1990's*. In: ASHWORTH, Greg & LARKHAM, P. (eds.). **Building a new heritage: tourism, culture and identity in the New Europe**. London/ New York: Routledge, 1994, pp. 50-68.
- COSTA, Pedro. *Atividades culturais e desenvolvimento regional: novos caminhos para a competitividade territorial*. Comunicação apresentada ao IV Encontro da APDR. Braga: Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, 1999.
- DESURVIRE, Daniel. **L'hébergement touristique au secours du patrimoine monumental ancien**. Paris: L'harmattan, 1998.
- DIETVORST, A. G. J. *Cultural tourism and time-space behaviour*. In: ASHWORTH, Greg & LARKHAM, P. (eds.). **Building a new heritage: tourism, culture and identity in the New Europe**. London/ New York: Routledge, 1994, pp. 69-89.
- FARIA, Margarida Lima. *Museus: educação ou divertimento. Uma análise da experiência museológica a partir do modelo figuracional de Norbert Elias e Eric Dunning*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, n. 43, 1995, pp. 171-195.
- FORTUNA, Carlos. *Destradicionalização e imagem da cidade*. In: FORTUNA, Carlos (org.). **Cidade, cultura e globalização**. Oeiras: Celta, 1997, pp. 231-257.
- _____. **Identidades, percursos, paisagens culturais**. Oeiras: Celta, 1999.
- ICOMOS. **Tourism at world heritage cultural sites: the site manager's handbook**. Madrid: ICOMOS, 1993.

- LEGUÉ-DUPONT, Pascale. *Les États-Unis: un site exemplaire*. **Les Annales de la Recherche Urbaine**, n. 70, 1996, pp. 38-48.
- LOWENTHAL, David. *Nostalgia tells like it wasn't*. In: SHAW, Christopher & CHASE, Malcom (eds.). **The imagined past: history and nostalgia**. Manchester/ New York: Manchester University Press, 1989.
- MERLIN, Pierre. *Tourisme et aménagement touristique*. **Notes et Études Documentaires**, n. 5133/5134, Paris, La Documentation Française, 2001.
- NEWBY, P. T. *Tourism. Support or Threat to Heritage?*, In: ASHWORTH, Greg & LARKHAM, P. (eds.). **Building a new heritage: tourism, culture and identity in the New Europe**. London/ New York: Routledge, 1994, pp. 206-228.
- ORBASLI, Aylin. **Tourists in historic towns: urban conservation and heritage management**. London/ New York: E & FN Spon, 2000.
- ORGANIZAÇÃO Mundial do Turismo. **Tourism 2020 vision: executive summary**. Madrid: TWO, 1997.
- ORGANIZAÇÃO Nacional do Turismo de Luxemburgo. *Le tourisme international*. Luxemburgo: ONTL, 2002. Disponível em: <<http://www.ontl.lu/event/20010720143047.htm>>. Acesso em: 15/ fev./ 2002.
- PAGE, Stephen. **Urban tourism**. London/ New York: Routledge, 1995.
- PATIN, Valéry. **Tourisme et patrimoine en France et en Europe**. Paris: La Documentation Française, 1997.
- PEIXOTO, Paulo. *O despertar do deslumbramento: análise das transformações recentes na malha comercial de Coimbra*. Relatório de seminário de investigação. Trabalho não publicado. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1994.
- _____. *A sedução do consumo: as novas superfícies comerciais urbanas*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, n. 43, 1995, pp. 147-170.
- _____. **Imagens e usos do patrimônio urbano no contexto da globalização**. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1997 (Dissertação de Mestrado em Sociologia).
- _____. *Gestão estratégica das imagens das cidades: análise de mensagens promocionais e de estratégias de marketing urbano*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, n. 56, 2000a, pp. 99-122.
- _____. *O património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas*. **Oficina do Centro de Estudos Sociais**, Coimbra, Universidade de Coimbra, n. 155, out./ 2000 b. Disponível em: <<http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/0155/texto.html>>.
- _____. *As cidades e os processos de patrimonialização*. In: PINHEIRO, Magda; BAPTISTA, Luís V. & VAZ, Maria João (orgs.). **Cidade e metrópole: centralidades e marginalidades**. Oeiras: Celta, 2001, pp. 171-179.
- _____. *Os meios rurais e a descoberta do património*. **Oficina do Centro de Estudos Sociais**, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2002 (no prelo).
- PINTO, José Madureira. *Intervenção cultural em espaços públicos*. In: SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (org.). **Cultura & economia**. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, pp. 191-207.
- POULOT, Dominique. *Patrimoine et esthétique du territoire*. **Espaces et Sociétés**, n. 69, 1992, pp. 09-35.
- _____. *Le patrimoine et les aventures de la modernité*. In: POULOT, Dominique (org.). **Patrimoine et modernité**. Paris: L'harmattan, 1998, pp. 07-67.
- PUREZA, José Manuel. **O património comum da humanidade: rumo a um direito internacional da solidariedade?** Porto: Afrontamento, 1998.

- ROBINSON, Mike. *Tourism encounters: inter and intra-cultural conflicts and the world's largest industry*. In: ALSAYYAD, Nezar (ed.). **Consuming tradition, manufacturing heritage: global norms and urban forms in the age of tourism**. London/ New York: Routledge, 2001, pp. 34-67.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition**. London/ New York: Routledge, 1995.
- _____. *A queda do Angelus Novus: para além da equação moderna entre raízes e opções*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, n. 45, 1996, pp. 05-34.
- SCARCE, Jennifer. *Tourism and material culture in Turkey*. In: HITCHCOCK, Michael & TEAGUE, Ken (eds.). **Souvenirs: the material culture of tourism**. Aldershot/ Burlington: Ashgate, 2000, pp. 25-35.
- SILVA, Augusto Santos. *Políticas culturais municipais e animação do espaço público: uma análise de seis cidades portuguesas*. In: SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (org.). **Cultura & economia**. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, pp. 252-270.
- UNESCO. *Report of the Expert Group on Cultural Landscapes*. La Petite Pierre: UNESCO, 1992. Disponível em: <<http://www.unesco.org/>>.
- _____. *Report of the International Expert Meeting on Cultural Landscapes of Outstanding Universal Value*. Templin: UNESCO, 1993. Disponível em: <<http://www.unesco.org/>>.
- _____. *Rapport de la vingt-cinquième session du comité du Patrimoine Mondial*. Genève: UNESCO, 2002 (WHC-01/ CONF. 208/24). Disponível em: <<http://www.unesco.org/>>.

RESUMO

A CORRIDA AO STATUS DE PATRIMÔNIO MUNDIAL E O MERCADO URBANO DE LAZER E TURISMO

Este artigo discute, do ponto de vista da conjuntura sócio-econômica, a busca, por parte de cidades européias e do restante do mundo, do status de "patrimônio mundial" junto à UNESCO. São analisadas as implicações locais relacionadas ao turismo e ao crescente fluxo de visitantes, assim como temas ligados às políticas públicas municipais e nacionais, e também suas consequências sobre o cotidiano local.

Palavras-Chave: Patrimônio Mundial; UNESCO; Políticas Públicas; Turismo.

ABSTRACT

THE RACE TO THE STATUS OF WORLD HERITAGE AND THE URBAN MARKET OF LEISURE AND TOURISM

This article discusses, at the point of view of the socioeconomic conjuncture, the search, by European cities and of the remaining ones of the world, of the status of "world heritage" by UNESCO. The local implications related to the tourism and the growing flow of visitors are analyzed, as well as themes related to the cities and national public policies, and also its consequences in the daily local life.

Keywords: World Heritage; UNESCO; Public Policies; Tourism.

Artigo recebido em 12/ mar./ 2002.
Aprovado para publicação em 28/ mar./ 2002.